

***O SUPERVISOR ESCOLAR NO AMBIENTE ESCOLAR******The Supervisor School in School Environment***

João Batista Filho, Neide Martins de Lima Salomão

**RESUMO**

O presente artigo tem como objetivo compreender o trabalho do supervisor escolar neste espaço privilegiado do saber. Em termos específicos, abordará a função a ser desenvolvida pelo profissional, bem como suas especificidades com relação as demais funções, dentro do contexto educacional. Durante muitos anos, o trabalho do supervisor educacional não era desenvolvido a partir da realidade de cada unidade escolar, apenas buscava operacionalizar ordens vindas das assessorias. Ao repensar sua prática, os supervisores percebem a necessidade de um questionamento do modelo educacional, buscando uma integração interdisciplinar, através de alternativas que possam desenvolver as atividades. Faz-se necessária uma integração entre Supervisão Educacional e toda equipe da escola, trabalhando para diminuir os problemas existentes. Sempre haverá resistência, pois muitos professores tem medo da mudança. Entretanto, o trabalho do supervisor só se consolidará a partir da prática docente, lembrando o supervisor é, antes de tudo, um educador. É importante que todos estejam unidos em um mesmo objetivo, cada um assumindo seu papel. A educação tem o papel de ajudar na transformação da sociedade e o Supervisor Escolar, os professores, toda equipe escolar precisa assumir as responsabilidades como agentes de mudança.

**Palavras-Chave:** Escola. Supervisor Escolar. Trabalho Pedagógico.

**ABSTRACT**

This article aims to understand the work of the school supervisor in this privileged space of learning. In specific terms, the function will be developed by the professional as well as their specificities regarding the other functions within the educational context. For many years, the work of educational supervisor was not developed from the reality of each school unit, only sought to operationalize orders of assessors. To rethink their practice, supervisors understand the need for a questioning of the educational model, seeking an interdisciplinary integration, through alternatives that can develop the activities. It is necessary an integration between Educational Supervision and the whole school team, working to decrease the existing problems. There will always be resistance because many teachers are afraid of change. However, the work of the supervisor only consolidate from the teaching practice, reminding the supervisor is, above all, an educator. It is important that everyone is United in a common goal, each assuming its role. Education has the role to help in the transformation of society and the School Supervisor, teachers, school staff need to take responsibility as agents of change.

**Keywords:** School. School Supervisor. Pedagogical Work.

## INTRODUÇÃO

A educação deve ser um processo que possibilite ao educando se auto educar, despertar a consciência e a responsabilidade quanto aos valores essenciais à vida. O homem que só aceita o que já é pensado, é manipulado e destruído por uma educação que não o capacitou a pensar. O sentido que o homem procura para sua vida não pode ser dado, imposto ou recebido, deve ser conquistado através do pensar crítico-reflexivo.

Educação é permitir que aquele que recebe o conhecimento possa refletir e questionar, não é um ato de opressão, que destrói todas as potencialidades do homem, tornando-o apenas um objeto capaz de produzir o inútil e o indesejável. O homem necessita interrogar-se sobre a existência, a vida e suas circunstâncias. Assim sendo, a missão fundamental da educação é ajudar o homem a pensar.

Neste contexto, evidenciando a importância da educação na vida dos indivíduos, em especial nas instituições escolares, o presente trabalho busca compreender o trabalho do supervisor escolar neste espaço privilegiado do saber. Em termos específicos, o trabalho abordará a função a ser desenvolvida pelo profissional, bem como suas especificidades com relação às demais funções, dentro do contexto educacional. A hipótese é a de que, dentro da configuração escolar, sua participação efetiva no espaço escolar poderá ser fundamental para o aprendizado não somente cognitivo, mas integral do ser humano.

Torna-se importante na medida em que compreende que o trabalho dos supervisores escolares nas instituições escolares é eficiente, pois os mesmos representam profissionais, que ao incorporar o regimento escolar, consciente das diversas demandas, as formas de lidar com as diferenças, lidando também com o trabalho dos docentes e dos gestores em prol do fortalecimento e desenvolvimento de relações adequadas, propiciarão juntamente com toda a equipe escolar, a emancipação do ser humano, à medida que o mesmo se desenvolve em termos cognitivos e emocionais.

Para o desenvolvimento da pesquisa, será realizada uma revisão bibliográfica, através de livros, artigos e revistas especializadas, com o intuito de compreender os principais aspectos com relação ao tema abordado.

De maneira geral, evidencia a necessidade de um trabalho mais específico, no sentido de superar dificuldades de aprendizagem, bem como possibilitar o desenvolvimento saudável da personalidade da criança é que o trabalho de inúmeros profissionais se mostra importante, dentre eles, o supervisor escolar, que nas instituições escolares, vem ocupando espaço mais relevante para a superação da problemática social.

No âmbito em que todos têm direitos garantidos na legislação, o espaço escolar, assistido pelo supervisor escolar, bem como os demais trabalhadores deve promover o conhecimento e a utilização de tais direitos. A formação de indivíduos críticos da realidade em que estão inseridos garantirá posteriormente o acesso a esses direitos sociais. Assim sendo é necessário buscar uma educação que objetive a formação de sujeitos capazes de pensarem por si mesmos, ou seja, que assumam sua condição de sujeitos na dinâmica da vida social, sem perder de vista um projeto coletivo de sua transformação.

Este trabalho tem como objetivo pesquisar a crescente importância do supervisor escolar no ambiente escolar a partir de uma pesquisa bibliográfica.

## **HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL**

O trabalho do supervisor escolar teve início com o processo de industrialização em nosso país, diante das inúmeras necessidades de se preparar o indivíduo para o trabalho com eficiência, a supervisão escolar começou sua empreitada em nosso território.

Na década de 30, tem-se o processo de modernização do país com o Estado Novo, acontecem grandes transformações políticas e sociais, com valorização da infância e da educação para o trabalho. É através das políticas estabelecidas por meio de seu autoritarismo político que Vargas passa a ser visto como “pai” dos pobres, dos trabalhadores, das crianças. E neste contexto, a educação e o trabalho, bem como a educação para o trabalho, são entendidos como possibilidade de redenção da nação.

Segundo Godoi et. al (2010), neste período, até o ano de 1943, a responsabilidade foi passada para o Estado, que tinha o dever de cuidar da infância pobre, da educação, da formação profissional, dos encaminhamentos e da

especialização dos mesmos ao mercado de trabalho. Não tinha se desvinculado ainda dos menores a mão de obra trabalhista, muitas vezes barata, que os mesmos poderiam oferecer ao Estado como forma de pagamento pelos cuidados oferecidos a eles.

O objetivo era transformar o país, com vistas a não frear o processo de industrialização que vinha ganhando mais espaço. A crença de acordo com Mota & Schraiber (2001), era de que o futuro na nação dependia do número de habitantes e da melhoria da raça, ou seja, da qualidade física, moral e educacional do povo. Para tanto, era necessário combater as principais causas identificadas como responsáveis pela mortalidade infantil: a ignorância, a miséria e a enfermidade.

Ainda segundo os autores ao lado de uma boa alimentação, a educação seria a “arma” ideal para se elevar os níveis de desenvolvimento individual e posteriormente coletivo de nossa sociedade. A escola, que se apresentava em estados precários para oferecer uma educação de qualidade, tinha o objetivo de “fazer milagres”, tornar as crianças saudias, transmitindo às mesmas, hábitos saudáveis.

A partir da década de 20 a Associação Brasileira de Educação foi uma organização, composta por um grupo de intelectuais, que deveria dirigir através da educação o processo de transformação do país. Sua prática constituiu como objetos de intervenção política a ignorância, o vício, a doença e a indolência das populações brasileiras (CUNHA, 1980).

Assim sendo, fica evidenciado que o processo educacional instaurado, com vistas a melhorar a qualidade de vida da população e conseqüentemente transformar o país em uma nação desenvolvida, tinha o propósito de embutir na consciência dos indivíduos o controle social. A educação ao invés de libertar, tinha o propósito de fazer, com que se disseminassem as ideias e os ideais da classe dominante.

O cuidado com o trabalho metódico, bem executado, adequado era o almejado pela educação. Os métodos designavam medidas de racionalização do trabalho escolar sob o modelo da fábrica, tais como tecnificação do ensino, orientação profissional, testes de aptidões, rapidez, precisão, maximização dos resultados escolares, entre outros, como destaca Carvalho (1989). Designava também o modelo educacional, a hierarquização dos papéis sociais, formando elites condutoras e povo produtivo.

De acordo com Bello (2001), a Revolução de 30 foi o marco referencial para a entrada do Brasil no mundo capitalista de produção e esta nova realidade brasileira passou a exigir uma mão-de-obra especializada e para tal era preciso investir na educação.

Com o auxílio de certos grupos militares (tenentes) e apoiados pela classe burguesa, Vargas assume o poder em 1930, implantando, em 1937, o Estado Novo, com traços ditatoriais. Isto significa que a sociedade política invade áreas da sociedade civil, subordinando-as ao seu controle. É o que ocorrerá com as instituições de ensino. Percebe-se uma intensa atividade do Estado em ambas as instâncias da superestrutura. É criado pela primeira vez, em 1930, um ministério da Educação e Saúde, ponto de partida, segundo Valnir Chagas, para mudanças substanciais na educação, entre outras a estrutura de uma universidade (FREITAS, 1979, p.48).

Foi assim que em 1930, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública e, em 1931, o governo provisório sanciona decretos organizando o ensino secundário e as universidades brasileiras ainda inexistentes. Estes Decretos ficaram conhecidos como "Reforma Francisco Campos" (FREITAS, 1979).

Para Getúlio Vargas, o movimento educacional que se queria implantar e todas as mudanças ocasionadas neste processo significava ter em mãos o Estado um valioso instrumento de controle político-pedagógico. O sistema educacional tinha a finalidade de manipular as forças subalternas, pois a classe trabalhadora passava a ter acesso à escola, mas o tipo de oferta não possibilitava a mobilidade social. Em 1932 um grupo de educadores lança à nação o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (SAVIANI, 2006).

O citado Manifesto ainda salienta que, o sistema escolar deve ser estabelecido nas bases de uma educação integral; em comum para os alunos de um e outro sexo e de acordo com as aptidões naturais; única para todos, e leiga, sendo a educação primária (7 a 12 anos) gratuita e obrigatória; o ensino deve tender progressivamente à obrigatoriedade até 18 anos e à gratuidade em todos os graus (ROMANELLI, 1978).

De acordo com Saviani (2002, p.72), o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, que representou a primeira ideia de plano para o sistema educacional brasileiro, fez-se um diagnóstico da educação pública brasileira e mostrou o imperativo de se criar um sistema de organização escolar que estivesse de acordo com as necessidades do país.

Segundo Godoi et. al (2010), em 1934, por iniciativa do governador Armando Salles Oliveira, foi criada a Universidade de São Paulo. A primeira a ser criada e organizada segundo as normas do Estatuto das Universidades Brasileiras de 1931.

No período de 1931 a 1937, em razão de discordâncias na situação vigente, o referido período foi marcado pelos conflitos de ideias.

Foram programados e realizados vários congressos e conferências, onde eram debatidos os princípios fundamentais que deveriam orientar a educacional nacional. E, nestes debates, duas orientações se conflitavam, Uma era já tradicional, representada pelos educadores católicos, que defendiam a educação subordinada à doutrina religiosa (católica), a educação em separado e, portanto, diferenciada para o sexo masculino e feminino, o ensino particular, a responsabilidade da família quanto a educação etc. Outra era representada pelos educadores influenciados pelas “ideias novas” e que defendiam a laicidade, a coeducação, a gratuidade, a responsabilidade publica em educação etc (RIBEIRO, 2001, p. 104).

Em 1934, a nova Constituição dispõe, pela primeira vez, que a educação é direito de todos, devendo ser ministrada pela família e pelos Poderes Públicos. A Constituição de 1934 atende as reivindicações católicas, quanto ao ensino religioso ser ministrados nas instituições. Fazendo o Brasil se ingressar numa política nacional de educação desde que atribuiu à União a competência privativa de traçar as diretrizes da educação nacional e de fixar o plano nacional de educação. Aos estados, competia organizar e manter os seus sistemas educacionais, respeitadas as diretrizes definidas pela União. O governo federal fixa um plano nacional de educação, compreensivo a todos, e deverá coordenar e fiscalizar sua execução (GODOI et al., 2010).

No contexto político o estabelecimento do Estado Novo. faz com que as discussões sobre as questões da educação, profundamente ricas no período anterior, fiquem um tanto quanto adormecidas. As conquistas do movimento renovador, influenciando a Constituição de 1934, foram enfraquecidas nessa nova Constituição de 1937. Marca uma distinção entre o trabalho intelectual, para as classes mais favorecidas, e o trabalho manual, enfatizando o ensino profissional para as classes mais desfavorecidas (ROMANELLI, 1978).

É a partir de 1930, com o início da Era Vargas que surgem as reformas educacionais mais importantes. A primeira LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) é promulgada em 1946 (Lei nº 4.024/61), que instiga o desencadeamento

de vários debates acerca do tema. Com esta lei, importantes decisões e ações foram sendo desenvolvidas, não se pode dizer que a educação estava estruturada e teorizada, afinal o processo de conhecimento é contínuo, mas isso possibilitou um avanço significativo na tentativa de ensinar com mais qualidade (TEIXEIRA, 1976).

A década de 30 evidenciou a necessidade de mão de obra especializada, para atender ao mercado de trabalho, sob o sistema capitalista, portanto deveria se investir em educação. Mas em 1964, com o golpe militar, todas as tentativas de mudanças foram abolidas e a educação, não se permitia nenhum ato contra o governo, a educação tinha o objetivo de impor o pensamento antidemocrático e se voltar apenas para o ensino profissionalizante.

Em 1988, foi levado para ser aprovado na Constituição Federal, um novo projeto de Lei, com o fim do regime militar, que contribuiu muito para a evolução da educação, de lá pra cá muito tem sido feito, mas ainda há sempre muito o que fazer sempre.

Diante dos casos de dominação que o ensino teve em seus primórdios é importante destacar que a escola, independente de onde esteja localizada, não deve passar a impressão de ser um ambiente à parte da realidade. Ela precisa se conscientizar de seu papel fundamental no processo de formação do indivíduo, não é apenas ensiná-lo a ler e a escrever e fazer com ele tenha conhecimento de suas reais capacidades e habilidades, que devem ser direcionadas para a mudança individual e coletiva do ser. Assim sendo, a escola necessita preparar-se para a realidade, de modo que tudo o que possa transmitir faça sentido para quem nela participa. Só que mesmo assim, não pode se julgar “dona da verdade” e precisa junto com os demais membros de uma sociedade, realizar um trabalho em conjunto.

A escola deveria representar um espaço onde as pessoas conseguissem vislumbrar seus verdadeiros anseios, enxergar suas habilidades e capacidades, um lugar onde pudessem se expressar. Para favorecer a aprendizagem deve-se então partir de situações concretas, de histórias, casos, vídeos, jogos, pesquisa, práticas e ir incorporando informações, reflexões, teorias, a partir do concreto, daquilo que é significativo para o aluno e que vai conseqüentemente mobilizá-lo em prol de alcançar o conhecimento.

Os profissionais adequados para realizarem um trabalho de qualidade, serão

aqueles bem preparados, com uma formação eficiente, e que saibam reconhecer a comunicação aberta, acolhedora. O acolhimento afetivo é condição fundamental e aprendizagem significativa, integral. Dentro deste contexto, importante destacar que nos espaços escolares vê-se reduzida as inúmeras diferenças individuais existentes entre os seres, diferenças estas em decorrência da origem social, idade, das experiências vivenciadas. A prática escolar desconsidera tal questão, classificando os alunos muitas vezes apenas como bom ou mau; obediente ou rebelde, disciplina ou indisciplinado. De maneira geral, enfatizam-se os resultados com relação ao conhecimento, e não o processo de aquisição do mesmo. Ignora-se as marcas da diversidade que os alunos trazem consigo, o tratamento uniforme neste contexto, portanto, só vem para consagrar a desigualdade e as injustiças das origens sociais dos alunos.

#### **A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO DO SUPERVISOR ESCOLAR**

É com a industrialização que surge a ideia de supervisor, com vista a melhorar o sistema educacional. Segundo Oliveira (2010), na transição do Império para a República a infância passa a ser uma preocupação, principalmente pela medicina, mas essa preocupação vem de questões nacionalistas, relacionadas ao processo de normalização da sociedade.

Na formação desta nova sociedade, a condição da criança vai sendo redefinida, surgem preocupações com alimentação, brinquedos, tratamento diferenciado, dentição, desenvolvimento físico e moral (OLIVEIRA, 2010).

Embora estejamos vivendo um período de globalização, da supremacia da informática e da tecnologia, a sociedade brasileira enfrenta muitas crises, devido a distribuição desigual dos bens culturais e econômicos. Além disso, são inúmeros os conflitos vividos nas famílias, a base da formação física e moral da criança. Isso faz com que as crianças cheguem na escola, na sala de aula vivendo diversos conflitos e os professores nem sempre estão preparados para lidar com essas crianças e nem mesmo atender suas exigências.

A superação dos problemas da sociedade está na forma das ações de seus profissionais: direção, supervisão, professores e funcionários, em parceria com alunos, pais e toda comunidade escolar, com vistas a qualificada apropriação do

conhecimento pelo aluno e a formação das competências necessárias para os novos tempos.

Além dos demais profissionais da educação, está o Supervisor Educacional como um dos principais agentes para a concretização de uma educação capaz de contribuir com o aluno, como elemento essencial para interferir na realidade da sociedade dos tempos atuais.

O significado da Supervisão Escolar evoluiu conforme a importância de sua revisão histórica, desde suas origens até as relações que este profissional tem estabelecido na evolução da sociedade e dos meios de produção entre o homem e o meio ambiente, pois essa atualização se faz necessária tendo em vista que a escola precisa acompanhar tal evolução. É como coloca Silva (2000):

[...] a Educação, sendo exercida e executada pelos especialistas e, mais especificamente, controlada pelo Supervisor, seu serviço – Serviço de Supervisão Educacional – atua como ‘motor’ do processo de desenvolvimento do indivíduo aprendente, cabendo-lhe a responsabilidade de trabalhar em função do desenvolvimento do homem, que é o fim primeiro da própria Educação, através da execução de diretrizes e decisões planejadas em outra instância, pela apuração de técnicas, procedimentos e processos de avaliação a serem aplicados no sistema educacional (SILVA, 2000, p. 62).

Isso nos leva a refletir que tanto a formação dos profissionais da educação quanto do cidadão formado por esses profissionais, sempre obedece aos ditames da sociedade num determinado momento da história. Até mesmo o conceito de profissão vai assumindo conotações diferentes, de acordo com a evolução dessas determinações e as compreensões que delas se fazem.

Nogueira (2000, p. 46) assim exprime:

Dentro deste prisma são traçadas e implantadas as Reformas Educacionais: do Ensino Superior em 1968 com a Lei n. 5540 de 28/2/68 e do Ensino de 1º e 2º grau em 1971 com a Lei n.5692 de 11/8/71, ambas ainda em plena vigência nos dias atuais. Assim, a existência destas duas leis está relacionada com o modelo de desenvolvimento econômico adotado pelo governo militar de então, no qual se inseriu a Educação. Neste momento a Supervisão Escolar foi assegurada em lei, dando continuidade à formação desse profissional.

Vivemos em uma sociedade capitalista, caracterizada pela sociedade dividida em duas classes antagônicas, de um lado está o proletariado, que é a classe

trabalhadora, que não detém nem controla os meios de produção, mas vende sua força de trabalho e de outro lado está a burguesia, proprietária dos meios de produção e subsistência, a qual compra a força de trabalho do proletariado. A educação se situa entre esse antagonismo e passa a ser instrumento de dominação entre os que sabem e os que fazem.

É necessário ao Supervisor compreender e ultrapassar a percepção da escola brasileira na sociedade capitalista, visualizando situá-la no contexto de uma nova sociedade. A partir daí compreender as possibilidades de denúncias e transformação que ele deve assumir como um Supervisor-Educador (NOGUEIRA, 2000, p.28).

A educação acontece no dia-a-dia, na vida toda, e toda a vida. Educadores e pensadores reduziram o fenômeno educativo ao fenômeno escolar, entretanto pode-se dizer que a escola é uma manifestação tardia da história da educação. Ao se analisar toda a fundamentação teórica, que inclui definições, papéis, objetivos, além das inúmeras qualidades desejáveis em um supervisor, pode-se perceber que o campo é amplo e de significativa quantidade e qualidade de deveres e tarefas.

Nos últimos tempos, com o surgimento de leis mais democráticas, o trabalho do supervisor escolar passou a ser mais democrático, dando ao supervisor escolar a tarefa de refletir mais a filosofia da educação para a formação de um cidadão mais crítico.

A aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394 de 20/12/1996), fez com que a supervisão escolar enveredasse todos os esforços para promover na escola melhores condições para que o aperfeiçoamento pessoal, profissional e social passasse a ser efetivado em todos os contextos e situações da escola.

Assim o supervisor escolar passou a ser o agente dos processos de mudanças, principalmente em relação ao desenvolvimento profissional, aos talentos individuais, ao desenvolvimento de habilidades, de conhecimentos e experiências que possam beneficiar o desenvolvimento, a aprendizagem e a interação social dos alunos (BRASIL, 1996).

Na atualidade, o papel do supervisor assume uma dimensão coletiva, não apenas na sala de aula, mas em toda a escola, não só aos professores isoladamente, mas na dinâmica das interações, na responsabilidade pelo ensino que praticam, pela educação e formação que desenvolvem.

O trabalho do professor não se prende apenas à formação inicial de professores, pois há a necessidade de se refletir constantemente, os professores precisam ter muitos conhecimentos: conhecimento do conteúdo, do currículo, do aluno e suas características, dos contextos, dos fins da educação, inclusive conhecimento de si mesmo. Portanto cabe ao supervisor pedagógico auxiliar o professor em sua prática. É como diz Alarcão (2004, p.65).

A supervisão é uma atividade cuja finalidade visa o desenvolvimento profissional dos professores, na sua dimensão de conhecimento e de ação, desde uma situação pré-profissional até uma situação de acompanhamento no exercício da profissão e na inserção na vida escolar (ALARCÃO, 2004, p.65).

Entretanto, é só ao se encontrar diante de uma escola e da responsabilidade de coordenar, que se percebe o verdadeiro impacto da abrangência e responsabilidade da ação do supervisor. E para que o seu trabalho seja criativo, há a necessidade de uma direção de escola também criativa e eficiente, para que todo grupo trabalhe suas dificuldades e diferenças através do diálogo e, partindo das críticas se busque o bem comum e o papel específico de cada profissional que atua na escola.

Para PRZYBYLSKI:

Supervisão escolar é o processo que tem por objetivo prestar ajuda técnica no planejamento, desenvolvimento e avaliação das atividades educacionais em nível de sistema ou unidade escolar, tendo em vista o resultado das ações pedagógicas, o melhor desempenho e o aprimoramento permanente do pessoal envolvido na situação ensino-aprendizagem (PRZYBYLSKI, 1991, p.18).

Para que a supervisão educacional ganhe seu verdadeiro sentido no contexto escolar, precisa despir-se do autoritarismo que a caracterizou no passado, assumindo seu papel de estimuladora e organizadora de um projeto de mudança que envolva toda a comunidade escolar. “Sua participação tem início no planejamento dos programas, prossegue no desenvolvimento das atividades e no estabelecimento do esquema de avaliação integral do aluno”. (PRZYBYLSKI, 1991, p.18).

Muito se tem falado de inovação educacional, mas mudando apenas os procedimentos de trabalho, sem nenhuma mudança no significado da Supervisão Educacional. Mas enfim, qual é a Supervisão que necessitamos, em nossa realidade? Uma supervisão verdadeira precisa ser:

REALISTA, isto é, capaz de identificar os problemas prioritários da realidade educacional brasileira, comprometendo-se efetivamente com eles; CRÍTICA, que seja capaz de analisar a realidade educacional a partir do contexto social mais amplo, repensando a própria educação e, em seu bojo, a Supervisão, com parâmetros emergentes, sobretudo da práxis; TRANSFORMADORA, no sentido de que aceite e enfrente o desafio de reinventar a realidade, procurando solucionar urgente e adequadamente os problemas educacionais prioritários e genuinamente brasileiros; DEMOCRÁTICA, isto é, que a realidade seja reinventada pelo grupo de educadores, numa prática dialógica, com participação ampla das bases, visando a propósitos libertadores legítimos, identificados com o bem comum (D'ANTOLA, 1983, p.29).

Hoje compromissos com uma nova compreensão da qualidade da educação se consolidam no compromisso da formação de homens mais humanos, através de uma educação comprometida com esta humanização nesta época da globalização em que a modernidade apresenta uma característica surpreendente e ameaçadora, o declínio do indivíduo. A supervisão escolar passa a assumir compromissos com outra qualidade que permita a humanização do homem, da escola, das instituições, do mundo.

A Resolução SEE Nº 7.150, de 16 de junho de 1993 traz em seu Art. 1º:

É papel do Especialista de Educação (Supervisor Pedagógico e Orientador Educacional) articular o trabalho pedagógico da escola, coordenando e integrando o trabalho dos coordenadores de áreas, dos docentes, dos alunos e de seus familiares em torno de um eixo comum: o ensino-aprendizagem pelo qual perpassam as questões do professor, do aluno e da família (MINAS GERAIS, 1993).

Promover um trabalho pedagógico que vá além das fronteiras do conhecimento e das funções/ ações rigidamente estabelecidas no interior da organização e da gestão escolar, através de uma gestão participativa, construirá uma escola onde as relações e os planejamentos de trabalho seriam mais compartilhados e integrados, viabilizando a interdisciplinaridade no âmbito do conhecimento, permitindo o questionamento das práticas docentes vigentes, com o intuito de transformá-las.

O supervisor, articulador desse trabalho coletivo, deve ser capaz de ler, observar e congrega as necessidades de todos que trabalham na escola e, nesse contexto, introduzir inovações que levem todos a se comprometer com o proposto.

O supervisor é parceiro político-pedagógico do professor, é o elemento integrador e integrante do trabalho que o professor realiza, pois é esse trabalho que dá sentido à ação do supervisor no interior da escola. A

supervisão é uma prática essencialmente cooperativa (FONTES; VIANA, p.59).

O supervisor tem a tarefa desafiadora de propor uma prática inovadora, que vá de encontro às aspirações, convicções, anseios e modos de agir e pensar do professor. Isso irá desencadear um processo de reflexão na ação (formação continuada), pois o professor irá vivenciar um novo jeito de ensinar e aprender e, através dessa nova experiência, poderá rever sua maneira de ser e fazer, inovando assim sua prática profissional.

Durante muitos anos os professores foram usados como mão de obra para a formação de pessoas iguais em pensamento e ações. Os programas curriculares, os livros didáticos, a legislação, os cursos de formação contribuíram para isso. Hoje, no entanto, a mudança é necessária. Daí a necessidade de formação de profissionais reflexivos e para que isto aconteça tornam-se necessários “contextos que favoreçam o seu desenvolvimento, contextos de liberdade e responsabilidade” (ALARCÃO, 2004, p. 45). Liberdade e responsabilidade devem fazer parte da educação.

A complexidade dos problemas que hoje se colocam à escola não encontra soluções previamente talhadas e rotineiramente aplicadas. [...] exige do professor a consciência de que a sua formação nunca está terminada e das chefias e do governo, a assunção do princípio da formação continuada. No entanto, também lhe dá o reconforto de sentir que a profissão é para ele, com os outros, sede de construção de saber, sobretudo se a escola em que leciona for uma escola, ela própria, aprendente e, conseqüentemente, qualificante para os que nela trabalham (ALARCÃO, 2001, p. 24).

A escola se constitui um espaço privilegiado para a formação de profissionais reflexivos. Faz-se necessário promover uma formação no seio da escola, através de estudo, troca entre pares, para que as práticas e conceitos sejam formados e transformados. É preciso acontecer na escola, o diálogo e a reflexão, tanto individuais como coletivas. É como coloca Alarcão,

Neste contexto de formação o supervisor pedagógico surge como figura essencial, pois a ele cabe a criação de contextos favoráveis à aprendizagem e ao desenvolvimento dos novos professores e, por sua influência, à aprendizagem de desenvolvimento dos seus alunos (ALARCÃO, 2004, p. 78).

A escola tecnicista roubou um tempo precioso do supervisor, confinando-o para preencher papéis e controlar professores, o supervisor tinha que vigiar os passos do

professor, através de fichas de acompanhamento que não estavam relacionadas com o avanço pedagógico mas apenas com o domínio das ações do professor que não podia ousar, pensar, agir e repensar sua prática. O supervisor pedagógico deve ser a pessoa central da formação na escola e seu objetivo principal é “criar condições de aprendizagem e desenvolvimento profissionais” (ALARCÃO, 2004, p. 65).

Para desempenhar bem suas funções, o supervisor precisa ser líder, ciente de que a liderança é uma habilidade como outra profissão, até certo ponto inata, e adquirida pela prática acompanhada da boa formação técnica. Para Weil (2002, p. 63) “Líder é todo o indivíduo que, graças a sua personalidade, dirige um grupo social, com participação espontânea dos seus membros” O líder pode estimular ou desestimular o grupo.

Ainda de acordo com Weill:

Em “todo o mundo sabe que há várias maneiras de dirigir sendo que se pode distinguir três tipos principais de direção que são os seguintes: a) a direção autocrática ou ditatorial; b) a direção *laissez-faire* ou deixa como está para ver como é que fica; c) a direção liderada ou liderança” (WEIL, 2002, p. 64).

O supervisor democrático descentraliza o poder dando responsabilidade a cada membro da equipe, e cada um deve cumprir seu dever sabendo dos seus direitos; cabe ao supervisor encorajar e estimular a criatividade de todos os membros da equipe, estimulando o espírito de grupo, fazendo com que todos sintam a mesma responsabilidade em relação ao desenvolvimento dos alunos. Cabe ainda ao supervisor se autoavaliar constantemente com a finalidade de melhorar sua ação e respeitar a maneira de ser de cada membro da equipe onde atua, sempre incentivando o diálogo para que todos se sintam à vontade para trabalhar e cooperar pelo bom êxito da escola. A escola não é mais um amontoado de pessoas, mas um todo coeso, organizado e com objetivos coletivos. Se a missão da escola é educar, ela deve ser pensada como tal.

É uma escola que sabe onde está e para onde quer ir. Pensa-se, tem um projeto orientador de ação e trabalha em equipe. É uma comunidade pensante. Ao pensar a escola, os seus membros enriquecem-se e qualificam-se a si próprios. Nessa medida, a escola é uma organização simultaneamente aprendente e qualificante (ALARCÃO, 2004, p. 85).

Cabe ao supervisor perceber a relação existente entre os problemas que enfrenta na escola e o contexto social, político e econômico onde a escola está

situada, sabendo que o mundo não termina no portão da escola, mas continua dentro dela. Ele deve ser também alguém bem informado do que ocorre na sociedade brasileira, percebendo de que forma sua prática é influenciada por este contexto e o que pode ser feito para alterá-lo.

Portanto, o supervisor é alguém que pensa, reflete e investiga sua prática, por isso, ele deve ser um pesquisador, já que cada escola possui suas especificidades. A pesquisa deve acompanhar o ensino, modificando-o. Assim:

O supervisor deve ter conhecimento em outras áreas (Antropologia, Linguística, Sociologia, etc.) e aprofundamento em outros temas (sexualidade, saúde, gênero, raça, etc.). Mas sabemos o quanto é difícil esse domínio pela carência em nossa formação para auxiliar o professor. Nesse caso, só nos resta uma alternativa: a pesquisa, porque ela envolve o fenômeno da transdisciplinaridade (FONTES; VIANA, p.59).

As dificuldades diárias fazem com que a escola e os profissionais que nela atuam se desinteressem pela construção de um planejamento educativo comprometido com um aprimoramento da prática. Eles são devorados pelo tempo e questões realmente importantes acabam relegadas a segundo plano e o imediatismo toma conta das ações do contexto escolar.

É natural que depois de alguns anos de profissão, desapareça o entusiasmo. Que feitiço adormeceu o educador que existia em nós? A burocratização de nossas escolas absorve nossas energias e nosso sonho de transformação que existia no início de nosso trabalho. É aí que entra o trabalho do supervisor, pois ele é acima de tudo um educador que tem a tarefa necessária e urgente de acordar o educador que existem dentro de cada um.

A ação do supervisor escolar é de apoio e parceria com o professor, não é um trabalho de censura ou crítica ao que o professor está executando, é uma ação conjunta, visando à superação das dificuldades existentes e as que durante a caminhada surgirão, tendo como meta o desenvolvimento de um cidadão crítico e reflexivo da sua realidade circundante, não um trabalho de pura assimilação de conteúdos, mas a busca da compreensão em sua totalidade.

O supervisor escolar é o profissional organizador e orientador do trabalho pedagógico desenvolvido pelos professores da escola. Portanto, o supervisor escolar, objeto de pesquisa deste trabalho, tem a função de orientar, instigar, desafiar,

questionar e motivar o grupo de professores, despertando em cada um o desejo, o prazer, o envolvimento com o trabalho a ser desenvolvido, dividindo com eles as alegrias dos resultados.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Quem trabalha na educação precisa compreender o valor das relações humanas, por isso o bom supervisor escolar deverá ter bom relacionamento com toda a comunidade escolar, conhecendo seus procedimentos por meio de conversas informais. Uma supervisão democrática tem a responsabilidade na orientação e acompanhamento do desenvolvimento do ensino, no resultado das ações pedagógicas, no melhor desempenho e no aprimoramento do pessoal envolvido na situação de ensino aprendizagem.

Atualmente a função do supervisor escolar é mais abrangente, pois tem a função de articular e coordenar muitas ações pedagógicas na instituição.

O bom supervisor precisa ser criativo, buscar soluções novas para os problemas existentes, proporcionar o surgimento da criatividade de professores e alunos, sendo aberto a novas ideias. Se assim não for, a descrença e a acomodação levará o grupo à estagnação e a rotina que emperram o trabalho da escola.

Ter a pesquisa como o início de sua ação, coletando dados que identifiquem as possíveis causas dos problemas detectados, levantando alternativas de solução em conjunto com os professores, planejando o trabalho e acompanhando os resultados.

Pode-se então considerar que ao longo da trajetória do supervisor escolar ocorreram mudanças significativas que contribuíram para uma consolidação da função de acompanhamento das ações pedagógicas dentro do ambiente escolar e a consequente contribuição deste profissional para um melhor desempenho dos docentes nas atividades de ensino seja individualmente, seja coletivamente através dos projetos interdisciplinares ou multidisciplinares que organizam juntamente com os professores.

O supervisor escolar será um agente de mudança na medida em que transformar a si mesmo e, conseqüentemente à realidade, promovendo um trabalho de acompanhamento da ação docente, um trabalho que privilegie a reflexão crítica da prática do professor.

**REFERÊNCIAS**

ALARCÃO, Isabel. **Professores Reflexivos numa Escola Reflexiva**. 3. ed. São Paulo - SP: Cortez. 2004.

BELLO, José de Paiva. **Educação no Brasil**: a história das rupturas. Pedagogia em foco, Rio de Janeiro - RJ, 2001.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** - LDB n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, 23 de dezembro de 1996.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã**. Rio de Janeiro: Edições UFC, 1980.

D'ANTOLA, Arlette (org). **Supervisão e currículo**: rumo a uma visão humanista. São Paulo - SP: Pioneira, 1983.

FONTES, Rejane de Souza, VIANA, Simone Rodrigues. **Supervisão e Orientação: outras palavras necessárias**. Revista Presença Pedagógica, v.9, n. 49, jan-fev/2003, 55 p.

FREITAS, B. **Política educacional**: uma retrospectiva histórica. 3. ed. São Paulo - SP: Cortez & Moraes, 1979.

GODOI, Sergio. et.al. **Políticas Sociais**. São Paulo - SP. Pretince Hall, 2010.

MOTA, André & SCHARAIBER, Lilia. **Infância e Saúde**: perspectivas históricas. Ed. Hucitec/ Fapesp, 2001.

NOGUEIRA, Martha Guanaes. **Supervisão Educacional**: a questão política (Coleção Educar). 2ª ed. São Paulo - SP: Loyola, 2000

PRZYBYLSKI, Edy. **O Supervisor Escolar em Ação**. 2 ed. Porto Alegre - RS: Sagra, 1991, 187p.

MINAS GERAIS. **Secretaria Estadual de Educação**. Resolução Nº 7.150, Belo Horizonte - MG, 16 de Junho de 1.993.

ROMANELLI, Otaíza. **História da educação no Brasil 1930/1973**. Rio de Janeiro/ Petrópolis: Vozes, 1978, p. 127-153.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. 34ª. ed. Campinas - SP: Autores Associados, 2002.

SAVIANI, Dermeval et al. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

SILVA, Naura Syria F. Corrêa da. **Supervisão educacional**: uma reflexão crítica. Petrópolis - RJ: Vozes, 2000.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação no Brasil**. São Paulo: Ed. Nacional, 1976.

WEIL, Pierre. **Relações humanas na família e no trabalho**. Petrópolis - RJ: Vozes, 2002.

## AUTORES

**João Batista Filho** possui graduação em Educação Física e pós-graduação, especialização em Gestão Escolar da Universidade do Estado de Minas Gerais – UNIDADE ITUIUTABA, MG.

[joabatistafilhos@gmail.com](mailto:joabatistafilhos@gmail.com)

**Neide Martins de Lima Salomão** possui graduação Administração de Empresas pela Faculdade Triângulo Mineiro – FTM, especialização na área de Administração de Empresas e professora de Pós-Graduação no Curso de Gestão Escolar na Universidade do Estado de Minas Gerais – UNIDADE ITUIUTABA, MG.

[neidelimasalomao@hotmail.com](mailto:neidelimasalomao@hotmail.com)